

Voltando às estatísticas

Como tivemos ocasião de afirmar por diversas vèzes, o sistema nacional de estatísticas entrou em prático colapso. Do ponto de vista de informações econômicas, o colapso é quase total, pois o que existe é desatualizado e completamente insatisfatório, quantitativa e qualitativamente falando.

Mas sem estatística não pode haver política econômica séria. O desenvolvimento econômico poderá ocorrer, por vitalidade endêmica do país; mas será marcado por certo grau de irracionalidade e pela inconsciência quanto ao ritmo, forma e tendências.

Dispor de estatísticas boas, sérias, tènicamente programadas e elaboradas, atuais e sempre atualizadas, é condição básica para qualquer política econômica e qualquer esforço desenvolvimentista.

Recuperar o sistema nacional de estatísticas não é, apenas, dinamizar o IBGE. É, antes de tudo, reformular o sistema, revendo-lhe a legislação e dando ao órgão central — o próprio IBGE — as funções de coordenador efetivo do sistema. É, ainda, mudar a filosofia vigente, de modo a que *produtores* e *consumidores* de estatísticas se reúnam periódica e sistematicamente para o traçado das linhas que informarão a evolução do sistema. É, também, integrar o sistema federal,

capturando a contribuição de todos os órgãos públicos que fazem naturalmente estatística ao executar suas atribuições. É, enfim, agregar ao sistema federal as fontes regionais ou estaduais, já bem robustas algumas delas em termos de informações regulares.

Essa reformulação de base está a se impor, dado o estado a que atingiram nossas estatísticas. Mais do que isso, porém, torna-se indispensável para que o país possa contar com programas menos débeis e vulneráveis para impulsionar seu desenvolvimento. Não é tarefa das mais difíceis. Existe entre nós consciência do problema e bastante conhecimento de causa em matéria de estatísticas. O próprio IBGE tem um acervo relevante de experiências. Basta desejarmos levá-la a cabo, instituindo um grupo de trabalho técnico com autoridade e apoio para que, em curto lapso de tempo, tenhamos sugestões valiosas de recomposição.

É de esperar-se que essa magnânima questão das estatísticas não fique na *fila* das providências. É assunto que já não mais pode ser protelado, nem arrolado entre os de prioridade menor. Pelo contrário, é dos que merecem grau de prioridade idêntico ao que se está dando ao combate à inflação, às reformas etc. País sem estatísticas é país que recusa o *status* de civilização.

População de Brasília

O diretor do Serviço de Estatística do Distrito Federal, Dr. ODILON JUVENAL DE ALMEIDA FILHO, informou à reportagem do *Correio Brasiliense* que o último recenseamento efetuado em Brasília, no ano de 1960, apresentou 141 742 habitantes. Extra oficialmente calcula-se que até o final de 1963: 255 000 era o número de pessoas residentes na capital da República, num acréscimo, portanto, de 113 258 habitantes.

Apuramos ainda que o censo é efetuado em todo o território nacional de 10 em 10 anos. O *Anuário Estatístico do Brasil*, circulando desde janeiro p. passado, apresentou mais de 500 tabelas, com dados de todo o Brasil.

O Dr. ODILON JUVENAL A. FILHO disse ainda que, no ano passado, a Prefeitura do Distrito Federal solicitou um levantamento de despesas para efetuar em convênio com o Serviço de Esta-

tística um censo no Distrito Federal, mas apresentando o orçamento e concluídos os estudos não houve novo pronunciamento da administração de Brasília, a fim de os trabalhos fossem iniciados.

REGISTRO INDUSTRIAL

O Serviço de Estatística do Distrito Federal está efetuando o primeiro levantamento de registro industrial, desta cidade, tendo 1962 como ano base. O levantamento, incluindo 1963, será concluído dentro de 60 dias.

REGISTRO AGROPECUÁRIO

Informou ainda o Dr. ODILON JUVENAL que, o Serviço de Estatística do

DF, está na última etapa do levantamento agropecuário. Pesquisas vêm sendo feitas em todas as propriedades rurais, com um cadastro completo dos residentes rurícolas de Brasília.

Em 1960 era de apenas 60, o número de rurícolas fixados no Distrito Federal, enquanto no presente ano 700 rurícolas já foram identificados, restando ainda a obtenção de alguns dados, que poderão apresentar um número superior a 1 000, dada as perspectivas.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística já tem as mais recentes edições de livros, com dados gerais dos levantamentos registrados em todo o Brasil, assim como moderníssimos mapas, que poderão ser adquiridos pelo público.

Ensino de grau médio

O ensino de grau médio (secundário, técnico e normal) foi ministrado, em 1962, segundo as apurações do Serviço de Estatística da Educação e Cultura (MEC), em 1 618 dos 3 144 municípios existentes no país naquele ano, através de uma rede de 4 470 estabelecimentos, correspondentes a 7 254 unidades escolares, das quais 69,50% particulares. Assistidos por um corpo docente formado por 83 075 pessoas, equivalentes a 105 174 professores, levando-se em conta os vários cursos ou estabelecimentos em que geralmente o mesmo indivíduo leciona, estavam matriculados 1 464 361 alunos. São Paulo, Minas Gerais e Guanabara absorviam mais da metade (52,20%) do efetivo estudantil e 49,80% do corpo docente.

Estes dados correspondem a um aumento de 11,20% em relação a 1961, quando a matrícula geral atingida foi de 1 308 044 alunos. No ensino de grau médio figura com destaque, o curso secundário, com um matriculado da

ordem de 1 074 813 alunos — 83,40% do total — em virtude do elevado número de estudantes do ciclo ginásial — 936 541 —, representando 87,10% de pouco mais de um milhão. Seguem-se o ensino técnico, com 275 714 alunos e o normal, com 113 834.

No decênio 1953/62, o ensino médio teve a sua matrícula mais que duplicada, passando de 681 258 para 1 464 361 alunos. Estudos efetuados pelo SESC permitem observar que o aumento experimentado, ano a ano contudo, é relativamente inexpressivo se atentarmos para o fato de que existem apenas 16 alunos do ensino médio para 100 do primário este, por sua vez, abrange unicamente 54,60% das crianças de 7 a 11 anos idade no conjunto do país. Nos ciclos ginásial e colegial, essa relação é de 30 alunos do ciclo colegial para 100 do ginásial. Assim de 1 464 361 alunos matriculados, somente 335 761 (23%) freqüentam o segundo ciclo. (IBGE).

Óleos e gorduras vegetais

É principalmente no Sul que se concentra o parque fabril que utiliza como matéria-prima, óleos e gorduras

vegetais. Embora — segundo divulgou o IBGE — o Nordeste possuisse 122 fábricas em atividade no princípio do